

VÁLTER KENJI ISHIDA

PROCESSO PENAL

10^a EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

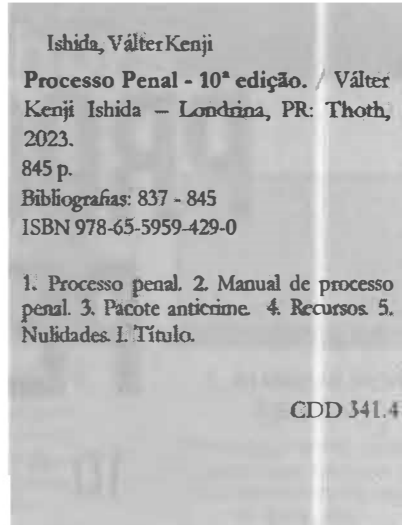
- Lei 14.155/2.021 (ALTERA A COMPETÊNCIA TERRITORIAL NO CASO DE EMISSÃO DE CHEQUE SEM FUNDOS)
- Lei 14.188/2.021 (altera o art. 12-C da Lei Maria da Penha – afastamento do lar do agressor)
- Resolução nº 1.364/2.021- PGJ – MPSP (Disciplina o procedimento investigatório criminal no Estado de São Paulo)
- Resolução nº 427 de 20/10/2021 do CNJ (amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade)
- Lei 14.245/2.021 – Lei Mariana Ferrer
- Lei 14.319/2.021 (Banco de Dados das medidas protetivas da Lei Maria da Penha)
- Lei 14.326/2022 (Tratamento humanitário à mulher grávida)
- Lei 14.344/2.022 (Cria mecanismo para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente)
- Lei 14.365/2.022 (Introduz o art. 798-A ao CPP e veda a colaboração premiada do advogado em relação ao seu cliente)
- Emenda Constitucional nº 125/22 (institui nos recursos especiais do STJ a necessidade da “relevância” das questões de direito federal infraconstitucional)

Londrina/PR

2023


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Miriam Leite
Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual: 341.4
1. Direito Processual Penal: 341.43

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMARIO

SOBRE O AUTOR	7
APRESENTAÇÃO	11
NOTA À 10ª EDIÇÃO.....	13
PREFÁCIO	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL.....	31
1.1 O Direito de Punir (<i>jus puniendi</i>) (latim: <i>jus</i> = direito; <i>puniendi</i> . punição)	31
1.2 A pena e o direito de liberdade.....	33
1.3 A lide penal.....	34
1.4 Conceito de processo.....	35
1.5 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	37
1.5.1 Relação com as demais ciências.....	38
1.5.2 Processo penal brasileiro.....	39
1.6 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal.....	40
1.7 Autonomia do Direito Processual Penal.....	41
1.8 Fontes das normas processuais penais	42
1.9 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	48
1.9.1 Integração do processo penal.....	48
1.9.1.1 Analogia.....	49
1.9.2 Hermenêutica processual penal.....	50
1.9.3 Modalidades (formas) de interpretação.....	52
1.9.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	52
1.9.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo.....	52
1.9.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado.....	53
1.9.3.4 Interpretação analógica.....	56
1.9.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia).....	56
1.10 Sistemas processuais penais	57
1.10.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo.....	58

1.10.2 Sistema acusatório	59
1.10.3 Sistema misto	60
1.10.4 Processo penal brasileiro.....	61
1.10.5 Testes.....	62

CAPÍTULO 2

NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	63
2.1 Conceito e classificações da norma processual penal.....	63
2.1.1 Elementos da norma processual penal.....	63
2.1.2 Espécies de normas processuais penais	66
2.2 Caracteres da norma processual penal	67
2.2.1 Norma processual penal no tempo	67
2.2.2 Norma processual no espaço	73
2.3 Testes.....	75

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL	77
3.1 Conceito.....	77
3.2 A Constituição e o processo penal.....	77
3.3 Princípios processuais penais.....	79
3.4 Garantias constitucionais.....	89
3.5 Testes.....	93

CAPÍTULO 4

INQUÉRITO POLICIAL.....	95
4.1 Persecução penal.....	95
4.1.1 Conceito de persecução.....	95
4.1.2 Polícia judiciária	96
4.2 Inquérito Policial.....	98
4.2.1 Finalidade do inquérito policial.....	99
4.2.2 Inquéritos extrapoliciais.....	100
4.2.3 Atribuição do inquérito policial.....	103
4.2.4 Dispensabilidade do inquérito policial	117
4.2.5 Natureza do inquérito policial (características).....	118
4.2.6 Incomunicabilidade do indiciado	124
4.2.7 Notitia criminis	125

4.2.8 Início do inquérito policial.....	129
4.2.8.1 Instauração por meio de requisição.....	129
4.2.8.2 Instauração por meio de requerimento.....	130
4.2.8.3 Portaria.....	130
4.2.8.4 Delatio criminis.....	130
4.2.8.5 Requisição do Ministro da Justiça.....	131
4.2.8.6 Inquérito policial nos crimes de ação penal privada.....	131
4.2.8.6-A Investigação das pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função.....	131
4.2.8.6-B Infiltração de agente policial em crimes relacionados à pedofilia e cometidos por organização criminosa.....	133
4.2.8.7 Diligências no inquérito policial.....	134
4.2.8.8 Auto de prisão em flagrante.....	149
4.2.9 Prazos, relatório e pedido de diligências	150
4.2.10 Encerramento e o arquivamento do inquérito.....	153
4.2.11 Testes.....	168

CAPÍTULO 5

AÇÃO PENAL.....	171
5.1 Conceito de ação penal.....	171
5.2 Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade).....	173
5.2.1 Legitimidade <i>ad causam</i>	175
5.2.2 Interesse de agir.....	178
5.2.3 Possibilidade jurídica do pedido.....	179
5.2.4 Justa causa.....	180
5.2-A Pressupostos processuais.....	181
5.3 Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional.....	182
5.4 Classificação subjetiva da ação penal.....	182
5.5 Ação penal pública incondicionada	182
5.5.1 Princípios da ação penal pública	182
5.6 Início da ação penal pública	202
5.7 Ação penal pública condicionada.....	205
5.7.1 Legitimidade para representação.....	207
5.7.2 Requisição do Ministro da Justiça	209
5.7.3 Ação penal pública subsidiária da pública	209
5.7.4 Ação penal popular	210
5.7.5 Ação penal secundária	210

5.7.6 Ação penal adesiva	210
5.7.7 Ação de prevenção penal.....	210
5.8 Ação penal privada.....	210
5.8.1 Princípios	211
5.8.2 Legitimidade <i>ad causam e ad processum</i>	212
5.8.3 Prazo para o exercício da ação penal privada.....	214
5.9 Forma de identificação da ação penal.....	214
5.10 Ação civil.....	215
5.11 Testes.....	217

CAPÍTULO 6

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	219
6.1 Jurisdição.....	219
6.1.1 Elementos da jurisdição.....	220
6.1.2 Conteúdo da jurisdição.....	220
6.1.3 Princípios sobre a jurisdição (<i>iurisdictio</i>).....	221
6.1.3.1 <i>Ne procedat iudex ex officio</i> (princípio da iniciativa das partes).....	221
6.1.3.2 Correlação ou relatividade ou princípio da imutabilidade do pedido (<i>Ne procedat iudex ultra petita, extrapetita et intra petita</i>).....	221
6.1.3.3 Indeclinabilidade da jurisdição.....	222
6.1.3.4 Indelegabilidade da jurisdição.....	222
6.1.3.5 Princípio da identidade física do juiz.....	222
6.1.3.6 Inevitabilidade e substitutividade da jurisdição.....	223
6.1.3.7 Juiz natural.....	223
6.1.3.8 Investidura.....	224
6.1.3.9 Improrrogabilidade.....	224
6.1.3.10 Unidade.....	224
6.1.4 Classificações.....	224
6.1.5 Características.....	225
6.2 Competência.....	225
6.2-A Competência material e competência funcional.....	226
6.2-B Prorrogação, delegação e desaforamento.....	226
6.2-C Definição da competência	227
6.2-D Juízo comum, especial e subsidiário	228
6.2-E Competência absoluta e relativa.....	228
6.2.1 Competência em razão do lugar da infração.....	228

6.2.2 Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, caput, do CPP).....	235
6.2.3 Competência pela qualidade do delito (art. 74).....	236
6.2.4 Competência por distribuição.....	245
6.2.5 Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	246
6.2.6 Competência em razão da prerrogativa de função.....	246
6.2.7 Conexão e continência.....	252
6.2.7.1 Conexão.....	253
6.2.7.1.1 Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP).....	253
6.2.7.1.2 Outras formas de conexão.....	255
6.2.7.2 Continência (art. 77, I e II, do CPP).....	258
6.2.7.3 Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP).....	259
6.2.7.4 União facultativa dos processos (art. 80 do CPP).....	266
6.2.7.5 Perpetuatio jurisdictionis (art. 81 do CPP).....	266
6.2.7.6 Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	266
6.2.7.7 Conflito de competência.....	266
6.3 Testes.....	268

CAPÍTULO 7

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	269
7.1 Questões prejudiciais.....	269
7.1.1 Classificação	270
7.1.1.1 Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas).....	270
7.1.1.2 Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	270
7.1.1.2.1 Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta).....	270
7.1.1.2.2 Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão).....	271
7.2 Exceções	271
7.2.1 Hipóteses de exceção	272
7.3 Restituição de coisas apreendidas.....	275
7.4 Medidas assecuratórias.....	283
7.4.1 Sequestro.....	284
7.4.1.1 Embargos ao sequestro.....	285
7.4.2 Especialização da hipoteca legal e arresto	286
7.4.2.1 A especialização da hipoteca legal.....	286
7.4.2.2 Arresto.....	287
7.5 Incidente de falsidade.....	288
7.6 Incidente de insanidade mental do acusado	288
7.7 Testes	290

CAPÍTULO 8

PROVA	293
8.1 Teoria geral da prova. Conceito.....	293
8.2 Objetivo (escopo) da prova.....	293
8.3 Objeto.....	294
8.3.1 Fatos que independem de prova.....	294
8.3.2 Fatos que dependem de prova.....	296
8.3.3 Prova do direito (a lei).....	297
8.3.4 Prova proibida.....	298
8.3.4.1 Provas ilícitas.....	298
8.3.4.2 Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	302
8.3.4.3 A prova ilícita por derivação.....	303
8.3.4.4 Interceptação telefônica.....	309
8.3.4.5 Provas ilegítimas.....	328
8.3.5 Inviolabilidade do advogado.....	329
8.4 Classificação da prova quanto ao objeto.....	330
8.4.1 Direta ou histórica.....	330
8.4.2 Indireta ou crítica.....	330
8.5 Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	330
8.5.1 Prova plena.....	330
8.5.2 Prova não plena	330
8.6 Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa	332
8.6.1 Prova real (coisa).....	332
8.6.2 Prova pessoal.....	332
8.7 Classificação da prova quanto à forma ou aparência	332
8.7.1 Prova pessoal.....	332
8.7.2 Prova documental.....	332
8.7.3 Prova material.....	332
8.8 Meios de prova.....	332
8.8.1 Restrições aos meios de provas (arts. 155 e 158 do CPP) e produção de provas ilícitas ou ilegítimas.....	334
8.9 Ônus da prova (art. 156 do CPP).....	335
8.9.1 Conceito.....	335
8.9.2 Encargo do ônus da prova (<i>onus probandi</i> incumbe a quem fizer CPP, art. 156, 1ª parte)	335
8.10 Procedimento probatório.....	336
8.11 Prova emprestada	336
8.12 Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”).....	337

8.13 Sistemas de apreciação.....	337
8.13.1 Sistema ordálio (ou da prova legal).....	337
8.13.2 Sistema da certeza moral do juiz (ou da íntima convicção).....	337
8.13.3 Sistema da certeza moral do legislador (ou sistema da prova legal).....	337
8.13.4 Sistema da livre convicção (ou do livre convencimento).....	338
8.14 Princípios gerais das provas.....	339
8.14.1 Princípio da autorresponsabilidade.....	339
8.14.2 Princípio da prova contraditória.....	339
8.14.3 Princípio da aquisição ou comunhão da prova.....	339
8.14.4 Princípio da oralidade.....	339
8.14.5 Princípio da concentração.....	340
8.14.6 Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX, da CF).....	340
8.14.7 Princípio do livre convencimento motivado.....	340
8.14.8 Princípio da busca da verdade real.....	341
8.15 Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP).....	341
8.15.1 Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	341
8.15.1.1 Conceito.....	341
8.15.1.2 Realização da perícia.....	341
8.15.1.3 Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP).....	342
8.15.1.3.1 Conceito.....	342
8.15.1.3.2 Lesão corporal e outras hipóteses.....	347
8.15.1.3.3 Exame de corpo de delito direto.....	351
8.15.1.3.4 Exame de corpo de delito indireto.....	351
8.15.1.3.4.1 Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal.....	352
8.15.1.3.5 Realização do exame de corpo de delito.....	353
8.15.2 Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP).....	354
8.15.3 Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	363
8.15.3-A Colaboração premiada e delação premiada.....	366
8.15.4 Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP).....	381
8.15.5 Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP).....	384
8.15.6 Da prova testemunhal.....	386
8.15.7 Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP).....	394
8.15.8 Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP).....	395
8.15.9 Dos indícios (art. 239 do CPP).....	397
8.15.10 Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP).....	398
8.16 Teste.....	404

CAPÍTULO 9

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL.....	407
9.1 Processo e procedimento.....	407
9.2 Sujeitos principais e secundários.....	408
9.3 Juiz.....	408
9.4 Partes no processo penal.....	413
9.5 Ministério Público.....	415
9.6 O acusado.....	416
9.7 Defensor.....	418
9.8 O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova.....	419
9.9 Teste.....	422

CAPÍTULO 10

MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA).....	423
10.1 Processo cautelar.....	423
10.1-A Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar.....	425
10.1.1 Conceito de prisão.....	437
10.1.2 Espécies.....	438
10.1.3 Prisão em flagrante.....	445
10.1.3.1 Conceito.....	445
10.1.3.2 Espécies de flagrante (art. 302 do CPP).....	447
10.1.3.3 Flagrante preparado.....	451
10.1.3.4 Flagrante esperado.....	451
10.1.3.5 Flagrante diferido ou flagrante e ação controlada.....	452
10.1.3.6 Flagrante forjado ou fabricado.....	452
10.1.3.7 Flagrante nos crimes habituais, permanentes, nas infrações de menor potencial ofensivo e no caso de violência doméstica contra a mulher.....	452
10.1.3.7-A Prisão em flagrante e domicílio.....	453
10.1.3.8 Auto de prisão em flagrante.....	454
10.1.4 Prisão preventiva.....	458
10.1.5 Prisão temporária.....	478
10.1.6 Prisão por decisão de pronúncia.....	482
10.1.7 Prisão por força de sentença condenatória recorrível.....	484
10.1.8 Prisão após o julgamento da apelação.....	489
10.1.9 Prisão domiciliar.....	489
10.2 Liberdade provisória com ou sem fiança.....	493

10.2.1 Crimes com a fiança dispensada	494
10.2.2 Crimes com arbitramento de fiança	494
10.2.3 Crimes inafiançáveis.....	496
10.3 Testes.....	499

CAPÍTULO 11

ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	503
11.1 Atos processuais – noções	503
11.2 Citação (arts. 351 a 369 do CPP).....	510
11.2.1 Conceito.....	510
11.2.2 Modalidades	510
11.2.2.1 Citação real e citação ficta.....	510
11.2.2.2 Citação por mandado (do próprio juízo).....	513
11.2.2.3 Citação por carta precatória.....	513
11.2.2.4 Citação por carta rogatória.....	513
11.2.2.5 Efeitos da citação.....	514
11.3 Intimações	515
11.3.1 Intimação pessoal.....	516
11.4 Revelia	518
11.4.1 Revelia no plenário do júri (art. 457 do CPP).....	518
11.5 Outros aspectos dos atos processuais	519
11.6 Testes.....	522

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTOS.....	525
12.1 Introdução	525
12.2 Procedimento ordinário.....	530
12.2.1 Anotações ao procedimento em geral.....	532
12.2.1.1 Atos processuais do procedimento ordinário.....	532
12.3 Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP)	544
12.4 Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP).....	549
12.5 Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	553
12.5.1 Procedimento do júri.....	554
12.5.2 Procedimento dos crimes falimentares	593
12.5.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518, do CPP).....	594
12.5.4 Procedimento nos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP)	597

12.5.5 Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	599
12.5.6 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP)...	600
12.6 Procedimentos previstos na legislação especial.....	601
12.6.1 Tóxicos.....	601
12.6.2 Procedimento nos crimes de competência dos tribunais.....	602
12.7 Testes.....	605

CAPÍTULO 13

SENTENÇA	607
13.1 Teoria geral da sentença.....	607
13.1.1 Classificação dos atos judiciais	607
13.1.2 Requisitos formais da sentença.....	609
13.1.3 Sentença absolutória	611
13.1.4 Sentença condenatória.....	615
13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação).....	637
13.1.5.1 <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	638
13.1.5.2 <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP).....	642
13.1.6 Pedido de absolvição do MP.....	648
13.1.7 Sentença terminativa de mérito.....	648
13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial.....	649
13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias.....	649
13.1.10 Absolvição sumária do art. 397 do CPP.....	650
13.1.11 Reparação <i>ex delicto</i>	650
13.1.12 Publicação da sentença.....	653
13.2 Coisa julgada.....	656
13.3 Testes.....	658

CAPÍTULO 14

RECURSOS.....	661
14.1 Teoria geral dos recursos.....	661
14.2 Recurso em sentido estrito (Rese).....	679
14.2-A Agravo de instrumento	686
14.3 Apelação.....	688
14.4 Protesto por novo júri (revogado pela Lei nº 11.689/2008)	698
14.5 Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios.....	699
14.5.1 Embargos infringentes e de nulidade.....	699

14.5.2 Embargos de declaração	700
14.6 Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP).....	701
14.7 Correição parcial.....	702
14.8 Recurso especial.....	703
14.9 Recurso extraordinário.....	708
14.10 Recurso ordinário constitucional (R●C).....	712
14.10-A Agravo regimental.....	713
14.11 Ações de impugnação.....	713
14.11.1 Revisão criminal.....	713
14.11.2 <i>Habeas corpus</i>	717
14.11.3 Mandado de segurança criminal.....	725
14.11.4 Reclamação.....	728
14.11.5 Suspensão da segurança	729
14.12 Testes.....	731

CAPÍTULO 15

NULIDADES	733
15.1 Introdução.....	733
15.2 Nulidade e relação processual.....	734
15.2.1 Pressupostos de existência da relação jurídica.....	734
15.2.2 Pressupostos de validade da relação jurídica.....	734
15.2.3 Condições da ação ou condições de procedibilidade.....	735
15.2.4 Atos processuais.....	736
15.3 Conceito de nulidade	736
15.3.1 Natureza jurídica.....	736
15.4 Sistema de nulidades	737
15.5 Classificação dos atos processuais	740
15.5.1 Ato inexistente.....	740
15.5.2 Ato nulo	742
15.5.2.1 Nulidade absoluta e relativa.....	742
15.5.3 Ato anulável.....	744
15.5.4 Ato irregular	744
15.5.5 Classificação segundo a jurisprudência (prática)	745
15.5.6 Hipótese.....	745
15.5.6.1 Carta precatória.....	745
15.6 Inadmissibilidade da revisio pro societate	745
15.7 Momento de arguição e preclusão.....	745

15.7.1 Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição.....	745
15.8 O princípio <i>pas de nullité sans grief</i>	748
15.8.1 Aplicação do princípio na hipótese de inversão da ordem de realização das provas.....	748
15.9 Nulidades em espécie (art. 564 do CPP).....	749
15.9.1 A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	749
15.9.2 A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP).....	751
15.9.3 Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP).....	751
15.10 Vedação da admissão da nulidade.....	763
15.11 Saneamento e efeitos.....	764
15.12 Testes.....	765

CAPÍTULO 16

PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	767
16.1 Escopo da execução penal.....	767
16.2 Requisitos para a execução da pena.....	767
16.3 Natureza do processo de execução.....	769
16.4 Princípios do processo de execução penal.....	770
16.4.1 Princípio da legalidade.....	770
16.4.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	770
16.4.3 Princípio da individualização da pena.....	770
16.4.4 Princípio da isonomia.....	771
16.4.5 Princípio da personalização da pena.....	771
16.4.6 Princípio reeducativo.....	771
16.4.7 Princípio da publicidade.....	771
16.4.8 Princípio do <i>in dubio pro societate</i>	771
16.5 Competência da execução penal.....	772
16.6 Direitos garantidos na execução da pena.....	774
16.7 Suspensão dos direitos políticos.....	774
16.8 Cumprimento da pena privativa de liberdade.....	774
16.9 Guia de recolhimento.....	775
16.10 Regime de pena e progressão.....	776
16.10.1 Prisão albergue domiciliar.....	798
16.10.2 Regressão de regime.....	798
16.11 Livramento condicional (arts. 83 a 90 do CP).....	799
16.12 Autorização de saída.....	809
16.13 Remição.....	811
16.14 Detração.....	815

16.15 Penas restritivas de direito.....	816
8.9.4 Características da pena alternativa ou pena restritiva de direito.....	820
8.9.5 Condições	820
16.16 Multa.....	824
16.17 Medidas de segurança	830
16.18 Incidentes da execução.....	832
16.19 Agravo em execução.....	833
16.20 Assistência jurídica pela Defensoria	835
16.21 Testes.....	835
BIBLIOGRAFIA	837